

# Nordeste Brasileiro: Crescimento e Dinâmica Espacial no Período 1970-2008

## RESUMO

---

O artigo avalia, à luz das teorias sobre a dinâmica espacial do desenvolvimento, o caso brasileiro nos últimos 40 anos, de acordo com dados do Censo. Procura entender qual o papel que a região Nordeste do Brasil teve no desenvolvimento do país como um todo, objetivando mostrar como se comportou espacialmente o desenvolvimento brasileiro no tocante à região. O artigo busca também avaliar a dinâmica interna da região Nordeste, em termos de concentração e desconcentração econômica nos tradicionais centros regionais.

## PALAVRAS-CHAVE:

---

Economia Regional. Espacialidade. Desenvolvimento – Dinâmica Espacial.

### Luís Augusto de Queiroz Ablas

- Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP)
- Doutor em Geografia pela USP

### Rafael Fontana Pinto

- Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP

## 1 – INTRODUÇÃO

---

As dimensões territoriais do Brasil, aliadas a significativas disparidades regionais, justificam estudos de compreensão da dinâmica espacial do seu desenvolvimento. Nesse contexto, adquire importância a discussão a respeito da concentração produtiva no entorno de São Paulo e o seu possível “espraiamento”, primeiramente na direção do Sul do país e, mais recentemente, na ocupação do Centro-Oeste. No que tange à Região Nordeste, há certo consenso de que essa região ter-se-ia mantido à margem desse processo, permanecendo em um nível de desenvolvimento insatisfatório para a sua população, com significativos níveis de pobreza e de disparidade de renda.

Em realidade, essa argumentação não é completamente taxativa, havendo ocasiões em que se acredita que o “espraiamento” já se tenha iniciado pelo maior adensamento econômico do Estado da Bahia. Adicionalmente, nas etapas mais recentes do desenvolvimento brasileiro, parece haver evidências de que cada vez mais o Nordeste participa do processo, mas, desta vez, através do crescimento de pontos importantes do território e não mais de um “espraiamento” da produção. Essa segunda hipótese teria sustentação na Teoria da Polarização como ela foi formulada por Perroux (1960).

Têm-se assim duas vertentes de pesquisa para elucidar, ainda que parcialmente, a dinâmica espacial do desenvolvimento do Nordeste brasileiro. De um lado, seria preciso caracterizar os movimentos globais da economia brasileira nas décadas recentes com a finalidade de estruturar um “pano de fundo” sobre o qual seria considerada a participação da Região Nordeste como um todo. Dada essa situação, a questão seguinte abre-se para a verificação da forma como, espacialmente, vem acontecendo o desenvolvimento da região.

O presente artigo tem a pretensão de tratar essas duas questões de uma forma inicial. Inserindo-se em um contexto de comemoração dos 40 anos da Revista Econômica do Nordeste (REN) e do Banco do Nordeste, elegeu-se como período de análise o tempo transcorrido entre 1970 e os dias de hoje. Tendo-se

em mente o fato de o artigo ser escrito nos anos finais da década de 2000, portanto às vésperas do censo, haverá problemas de existência de informações, o que será suprido por hipóteses sobre os acontecimentos que estarão pendentes de comprovação.

Nesse sentido, o artigo será composto de duas partes integradas entre si. A primeira tentará estabelecer, em bases qualitativas, as fases pelas quais teria passado a economia brasileira nas últimas quatro décadas. Para manter a coerência com a parte seguinte, será dada ênfase sobre a questão da concentração ou desconcentração das atividades no território nacional.

A segunda parte será dedicada à verificação da forma como o desenvolvimento brasileiro aparece na Região Nordeste. Nesse caso, haverá uma maior apresentação de dados quantitativos sob o pressuposto de que a dinâmica de crescimento brasileiro se projeta na Região Nordeste de uma determinada forma em termos espaciais, seja através de um “espraiamento”, seja pelo reforço de determinados “polos” já claramente definidos ao longo dos anos.

## 2 – A ESPACIALIDADE DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: 1970/2009

---

O espaço em si não se constitui em uma categoria de ordem social. No entanto, como as relações e os processos sociais são realizados através de entidades que possuem um suporte físico e biológico, falar em espacialidade social pressupõe esses dois tipos de condicionantes, sendo a espacialidade social perceptível a partir de seu suporte físico ou biológico. (ABLAS, 1983). Nesse sentido, a espacialidade do desenvolvimento brasileiro será o resultado das relações e processos sociais situados no território nacional e perceptíveis a partir da observação da localização das pessoas, empresas, infraestruturas etc., e dos fluxos de pessoas, de mercadorias e de comunicações.

É por essa razão que, quando se trata de caracterizar processos espaciais, a maior parte dos trabalhos que tratam desse assunto utilizam-se de observações ligadas a suportes localizados e dos fluxos que lhe dão origem ao longo do tempo.

Um trabalho pioneiro nessa área foi desenvolvido em 1985 por Ablas, Muller e Smith e procurou caracterizar a dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro através do movimento populacional entre as regiões. Complementarmente, um segundo volume que trata desse mesmo assunto (ABLAS; FAVA, 1985) adicionou o movimento de mercadorias entre estados brasileiros e o comércio internacional procurando determinar a configuração assumida pelo desenvolvimento brasileiro em uma perspectiva histórica que retroage até meados do século XIX.

Esses dois trabalhos, pela época em que foram produzidos, cobrem o processo até meados dos anos 1980. Nessa perspectiva, o processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil não se teria dado de forma homogênea ao longo de todo o seu território, mas sim no sentido de definir porções territoriais com características específicas, estando tais porções intimamente associadas à dinâmica espacial assumida pelo desenvolvimento global. Dentro desta perspectiva, os resultados obtidos permitiram identificar uma série de elementos que podem ser tomados como uma espécie de subsídio para a elaboração de um esboço de ocupação territorial do país. Esses elementos referem-se à forma pela qual vem-se dando a organização ou distribuição espacial das atividades produtivas e a integração econômica das diversas unidades espaciais.

Inicialmente, fica evidenciado que a concentração da atividade econômica na Região Sudeste e notadamente no Estado de São Paulo, teve suas origens na forma de ocupação agrícola verificada nessa região e em características peculiares da cultura e comercialização do café que propiciaram as bases para a acumulação de capital nessas porções territoriais.

Em períodos mais recentes, e principalmente a partir da Grande Depressão, o processo substitutivo de importações reforçou essa concentração, basicamente em razão da localização da demanda no território paulista e no seu entorno imediato. Em momentos posteriores, a integração observada entre o centro e suas periferias mais próximas permitiu a ampliação espacial do processo de crescimento, inicialmente na direção do Sul do país e, posteriormente, na do Centro-Oeste.

A partir de 1970, ainda dentro do horizonte temporal dos trabalhos citados, a política de promoção às exportações beneficiou de uma forma mais acentuada a região que, tradicionalmente, tem-se constituído no centro dinâmico da economia brasileira. Nesse processo, desde o início do século XX, quando tirou da posição de liderança industrial o Rio de Janeiro, São Paulo tem-se mantido como o centro econômico mais dinâmico do país não só pela elevada concentração e diversificação industrial que nele se observa como também por sua importância nos setores primário e terciário.

Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, dada a proximidade com o centro industrial da região, e conformando a Região Sudeste, aumentaram sua importância na geração do produto interno, sobretudo em alguns ramos industriais para os quais contam com disponibilidade de matéria-prima.

Na mesma época, os estados do Sul passaram a apresentar participação importante e consolidada no desenvolvimento agrícola e industrial. Tal fato pode ser encarado como uma resposta positiva da região aos estímulos do centro dinâmico localizado no Sudeste.

Nessa mesma ocasião, as regiões de expansão de fronteira, Norte e Centro-Oeste, destacaram-se como novas fontes de produtos agrícolas e algumas matérias-primas. O Centro-Oeste, cujo processo de ocupação teve início em período anterior, assumiu importante contribuição ao produto agropecuário do país. Já o Norte, com contribuição menor, encontrava-se em intenso processo de ocupação econômica. Nestas regiões de fronteira há que destacar duas unidades: o Distrito Federal, no Centro-Oeste, por sua característica peculiar de centro administrativo e político do país e o Estado do Amazonas, no Norte, por seu desempenho industrial, atípico para um estado nortista, ancorado na implantação da Zona Franca de Manaus.

Os estados do Nordeste, apesar de congregarem mais de 30% da população brasileira, permaneciam apresentando contribuição relativamente modesta à geração do produto interno nacional. Convém destacar que, já nessa época, o Estado da Bahia, no que diz respeito à atividade industrial, apresentava

desempenho superior como um reflexo da expansão do centro dinâmico.

A ênfase na promoção às exportações de produtos industrializados, observada no período, não acarretou transformações no quadro delineado. Ao contrário, só o reforçou.

Os trabalhos em análise mostram ainda a natureza da associação dos diversos centros produtores, ficando mais evidente quando se analisam as relações de comércio interno. Nesse aspecto, a posição de São Paulo como o grande centro dinâmico fica reiterada ao final da década dos anos 80, quando se constata que, para a quase totalidade dos estados brasileiros, ele era, já nessa época, o maior parceiro comercial e muito mais importante como vendedor do que como comprador de mercadorias.

A grande integração e o elevado peso econômico de São Paulo, dos demais estados do Sudeste e da Região Sul são também evidenciados pelos dados de comércio interno (ABLAS; FAVA, 1985), que revelam que parte substancial das trocas domésticas ocorria entre estes estados, agregando-se a eles, neste particular, o Estado da Bahia.

Ainda de acordo com esse trabalho, já na época analisada, os movimentos de expansão de fronteira podiam também ser interpretados sob esta perspectiva. Bastaria atentar para a grande associação comercial existente entre os estados das regiões de fronteira e os do Sul-Sudeste. Embora os dados de comércio interno não permitissem essa conclusão, havia evidências de que os produtos transacionados correspondiam ao fornecimento de produtos agrícolas e matérias-primas feito pelo primeiro conjunto de estados aos estados do Sul-Sudeste.

A conclusão importante para o presente artigo, e delineada nos estudos em causa, é que a Região Nordeste, exclusive a Bahia, já entretinha, na época, um volume não desprezível de trocas com o Centro-Sul, que era, entretanto, muito mais importante, em termos relativos, para ela do que para o Centro-Sul. Por outro lado, na época, o comércio intrarregional no Nordeste já era relevante. Até que ponto esta integração comercial do Nordeste com as outras regiões do país foi o resultado das necessidades de expansão do

centro dinâmico ou até onde decorre de problemas estruturais da região que impedem que ela própria produza a maior parcela dos bens que consome é questão passível de longa discussão e não deve ser objeto do presente artigo.

Feitas as considerações acima, esboçava-se a seguinte ocupação do território brasileiro, em meados da década dos anos 80: (a) O Estado de São Paulo aparecia como o centro dinâmico do país, ampliado pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo que apresentavam igualmente características dinâmicas. No final do período, é possível adicionar a esse grupo o Estado da Bahia, ainda que de forma incipiente; (b) uma periferia igualmente dinâmica era formada pelos estados da Região Sul; (c) as regiões de expansão da fronteira agrícola - Norte e Centro-Oeste -, que podiam ser tidas como periferia no sentido de se desenvolverem, em certa medida, a partir de estímulos do centro dinâmico e de sua periferia mais próxima; e, finalmente, (d) os estados do Nordeste, exclusive Bahia, que, por possuírem características de concorrência com o Sul e o Sudeste, não se encontravam fortemente integrados ao restante do país.

Esse processo de aparente desconcentração da atividade econômica começa a perder força a partir dos últimos anos da década dos anos 80 e se aprofunda na década seguinte. Essa inflexão seria notada por Cano (1998), citado por Simões (2003), e seria o resultado do enfraquecimento da capacidade produtiva do país na sequência da crise internacional que começa a se manifestar nos últimos anos dos anos 70 e da elevação da dívida pública interna e externa, que viria dificultar a intervenção estatal. É nessa mesma época que o foco das políticas públicas se desloca do planejamento regional para aspectos mais globais, como controle inflacionário, combate ao déficit fiscal, equacionamento da dívida etc.

O período que se abre a partir de meados da década dos anos 80 e que deverá durar até o final do século passado ir-se-á caracterizar, principalmente nos anos 90, pela inserção internacional da economia nacional com uma significativa abertura para o exterior. Definitivamente, o processo de substituição de importações cede espaço para o crescimento das exportações e a diversificação das importações.

Ao contrário do período anterior, esse novo período perderá sua característica integradora para se tornar fragmentadora da ocupação territorial, tese essa defendida por Pacheco (1998), tendo sido convenientemente explorada por Cunha (2008) em excelente trabalho de tese de mestrado apresentado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

Embora o objetivo desse autor seja a formação da macrometrópole de São Paulo, a síntese feita da evolução do processo de desconcentração/concentração/fragmentação mostra, na visão de diversos autores (AZZONI, 1986; DINIZ, 1993; CANO; 1998; PACHECO, 1998) como teria evoluído a dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro nos anos recentes.

A crise fiscal aliada à paralisia dos investimentos estatais bloqueia a desconcentração generalizada da produção. Apenas aqueles setores de mais forte apelo à demanda internacional e com possibilidades de concorrência passam a ser os agentes de uma desconcentração, que, pela sua própria essência, tende a aparecer em determinados pontos do território que possuem componentes de produtividade exigidos pelas atividades voltadas ao mercado externo. Os novos padrões locacionais dessas atividades têm como fundamento a necessidade de proximidades entre produtores intermediários, serviços de hierarquia elevada e ênfase em pesquisa. Essas condições, ao contrário do preconizado pelos defensores da “reversão da polarização”, têm um papel concentrador nas regiões mais desenvolvidas, perfeitamente de acordo com a Teoria da Polarização na sua forma original, conforme desenvolvida por Perroux (1960) e Boudeville (1972).

Dessa forma, na visão de Pacheco (1998 apud CUNHA, 2008), os novos padrões de concentração/desconcentração da economia brasileira poderiam ser sumarizados, em termos setoriais, para o período pós-1985, esquematicamente, da seguinte forma: (1) desconcentração das atividades intensivas em salários, o que viria beneficiar, por exemplo, alguns centros do Nordeste, como Fortaleza; (2) os setores produtores de “bens duráveis” teriam uma “desconcentração concentrada” no Centro-Sul do país; (3) baixo efeito de desconcentração para

os novos investimentos; e (4) reconcentração dos setores com maior densidade tecnológica.

Há que se agregar a essa tendência desagregadora a concorrência entre estados da federação e mesmo de alguns municípios na atração de investimento, principalmente estrangeiro. Nessa “guerra fiscal”, perdem posição aquelas localidades desprovidas de infraestruturas significativas e de capacidade geradora de novas tecnologias, fatores indispensáveis às empresas investidoras.

Esse quadro tendente a uma concentração maior vem reforçar a percepção da ocupação territorial da economia brasileira esboçada anteriormente, que permanece válida ao final do século XX, embora com algumas alterações que fazem acentuar a participação do centro dinâmico e suas periferias igualmente dinâmicas. Nesse contexto, a Região Nordeste, embora apresentando algum crescimento, ainda permanece em certo isolamento, praticamente à margem do processo mais amplo.

Nos anos recentes, principalmente após 1994, a economia brasileira passa por um período de baixo crescimento com significativos sinais de instabilidade. A política monetária, aliada a um esboço de política de desenvolvimento, abre algumas possibilidades de crescimento em função de um momento favorável da economia internacional. O crescimento das importações e uma ampliação do mercado interno, principalmente a partir dos primeiros anos do século XXI, levam a uma ampliação dos déficits comerciais conduzindo a economia a baixos níveis de crescimento e às instabilidades significativas mencionados anteriormente.

Após os primeiros cinco anos do presente século, esse panorama se consolida levando a formulações de políticas macroeconômicas que procuram superar esses problemas. Com isso, inicia-se uma fase de crescimento das exportações e equacionamento da dívida externa. Apesar de o crescimento das exportações significar um impulso à demanda no período, ele não foi suficiente para levar o país a um nível de desenvolvimento sustentado.

Nos anos mais recentes, a globalização e a inserção mais significativa da economia brasileira no mercado

internacional proporcionam ao país algumas taxas de crescimento mais significativas até a interrupção do processo pela crise financeira internacional que se instala a partir do terceiro semestre de 2008.

Abstraindo-se os últimos anos em que o país esboça um ritmo mais acelerado de crescimento, no contexto de baixa evolução do produto, que prevalece até meados da década de 2000, a Região Nordeste dificilmente atinge *performances* significativas, aparecendo a sua participação no produto nacional como pouco significativa e com poucas variações no período 1970/2008, conforme pode ser visto na Tabela 1.

**Tabela 1 – PIB\* a Preços Constantes - R\$ (Mil) de 2000**

ANO	Nordeste	Brasil	Participação NE
1970	33.405.596	285.371.931	11,7%
1980	90.893.015	760.039.545	12,0%
1990	116.702.161	922.362.378	12,7%
2000	133.233.392	1.101.254.907	12,1%
2006	161.132.468	1.406.854.514	11,5%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
\*Deflacionado pelo Deflator Implícito do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional.

Esses dados mostram que a taxa de participação da Região Nordeste no total brasileiro permanece praticamente a mesma no início e no final do período (11,7% em 1970 para 11,5% em 2006), apresentando, no entanto, uma variação significativa entre esses dois anos, sendo o seu melhor momento no decorrer dos anos 90. Esses dados corroboram a idéia de que o NE brasileiro, apesar de acompanhar no longo prazo o crescimento da economia brasileira, não chega a ter um dinamismo suficiente para reduzir a defasagem que o separa do todo maior.

Observadas até aqui as evidências de desconcentração produtiva em face do crescimento brasileiro e verificadas, em princípio, as impossibilidades de a Região Nordeste conseguir ter um nível de crescimento do produto que pudesse reduzir o seu atraso relativo, na parte seguinte deste artigo, pretende-

se verificar inicialmente qual teria sido a trajetória de região como um todo e, depois, como tal crescimento ter-se-ia espacializado no território regional.

### 3 – A REGIÃO NORDESTE: CRESCIMENTO E DINÂMICA ESPACIAL

Na história da ocupação territorial brasileira, a Região Nordeste foi uma das primeiras a passar por um adensamento populacional. Nos seus primórdios, a cana de açúcar, a pecuária e a cultura do algodão foram as culturas que permitiram uma estruturação produtiva inicial. Ligadas diretamente à cultura algodoeira, nas etapas posteriores, as indústrias têxteis dão os primeiros aportes de uma produção industrial.

Em termos espaciais, a ocupação do litoral, na etapa colonial, e o posterior processo de urbanização também na área litorânea, consolidam as condições para os subseqüentes ganhos produtivos da região.

O processo de industrialização que se instala na Região Sudeste, conforme foi anteriormente descrito, tem dois efeitos benéficos sobre o Nordeste. De um lado passou a servir como orientador dos possíveis desdobramentos produtivos de uma industrialização ainda que incipiente. De outro, a disparidade dos níveis de renda entre as duas regiões levaram ao aparecimento de ações tendentes a incentivar o processo industrial nordestino com a criação de organismos regionais, dos quais o mais significativo foi a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), já no final da década de 50. A ação da Sudene faz-se sentir durante parte da segunda metade do século XX, período em que a estrutura produtiva nordestina passa por um processo de crescimento e diversificação.

Como mostra Guimarães Neto (2004 apud CARVALHO, 2008), nas décadas seguintes, o processo de crescimento do Nordeste segue de perto a dinâmica do crescimento nacional sem assumir níveis suficientes para atenuar as disparidades de renda. Embora, em algumas situações, a literatura sobre o assunto, principalmente aquela produzida na própria região, asseverem ter havido uma integração produtiva do Nordeste ao restante do país, falando em “articulação comercial”, “integração produtiva” entre outros termos (GUIMARÃES NETO, 2004), a hipótese

mais plausível é que a região estivesse formando uma estrutura produtiva concorrente àquela que se instalava no Sudeste do país. Com o agravante de os níveis de produtividade, seja pela escala seja pelo aparato tecnológico, serem insuficientes no Nordeste.

Nas etapas seguintes, basicamente durante a década dos 60, seguindo os cânones da Teoria da Polarização clássica (PERROUX, 1960; BOUDEVILLE, 1972),<sup>1</sup> a melhora na acessibilidade da região pela implantação de infraestruturas de transporte e de energia conduz a região aos seus primeiros estágios de desenvolvimento mais acelerado.

Na década seguinte, época dominada pelo chamado “milagre econômico”, a região cresce a taxas médias significativas de 10,5%, demonstrando uma vitalidade até então ausente. Vale notar, como já foi visto anteriormente, que a região acompanha as performances presentes no restante do país, podendo-se falar em uma integração ao menos em termos de taxas de crescimento.

As décadas seguintes (1980 e 1990) são caracterizadas por um período de desaceleração, caindo as taxas médias de crescimento, inicialmente, para 2,5%, para 1980 e, posteriormente, já em 1990, para 1,3%, como pode ser visto na Tabela 2.

**Tabela 2 – Taxa de Crescimento Geométrica Anual do PIB**

Década	Nordeste	Brasil
1970	10,5%	10,3%
1980	2,5%	2,0%
1990	1,3%	1,8%
2000	2,8%	3,6%

Fonte: IBGE.

<sup>1</sup> Segundo a Teoria de Polarização desenvolvida por F. Perroux e aperfeiçoada por J. Boudeville, existem duas noções de espaço polarizado: a técnica e a geográfica. A primeira é definida pelas relações de compra e venda entre setores (relações inter-setoriais), sendo as instalações de usinas elétricas o primeiro passo dessa integração. A polarização geográfica, por seu lado, é definida pela acessibilidade aos diversos pontos do território considerado, sendo definida, basicamente, pelas infraestruturas de transportes e comunicação. Como se trata de considerar uma mesma realidade empírica, torna-se necessário e natural que as duas noções de espaço polarizado sejam completamente coerentes e complementares entre si no seu funcionamento, sendo isso que define a Teoria da Polarização.

Apesar dessa variação nas taxas de crescimento no final do período, a Região Nordeste teria passado, em pouco mais de 30 anos, por uma modificação significativa da sua estrutura produtiva, multiplicando praticamente por dez a sua produção. É verdade que esse crescimento do produto em muito pouco melhorou os indicadores sociais da região, permanecendo níveis ainda elevados de pobreza, de má distribuição de renda e de uma estrutura fundiária inadequada. Em termos espaciais, como a industrialização se fez ainda no litoral e principalmente nas três capitais mais importantes (Salvador, Recife e Fortaleza), os padrões da ocupação permaneceram igualmente concentrados na orla litorânea.

De uma perspectiva mais ampla, percebe-se que a década de 90 foi o ponto de inflexão do crescimento, até então, superior do Nordeste sobre o total brasileiro. Por conta desta inflexão, a região, conforme já visto anteriormente, voltou a ter participação na economia nacional igual ao início do período, em 1970. Pelos dados apresentados na Tabelas 3 e 4, pode-se inferir que os setores secundário e terciário foram os atores deste processo, pois o primário regional, de uma forma geral, cresceu menos que o nacional.

**Tabela 3 – Nordeste e Brasil, Crescimentos Setoriais Anuais do PIB por Décadas**

Década	Primário		Secundário		Terciário	
	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil
1970	-	-	-	-	-	-
1980	7,3%	8,1%	16,9%	13,6%	8,9%	8,6%
1990	-0,8%	-0,5%	2,9%	1,7%	3,2%	2,7%
2000	-1,0%	0,3%	2,0%	1,0%	1,4%	1,0%
2006	0,2%	-2,1%	-2,1%	-2,4%	5,6%	5,8%

Fonte: IBGE.

**Tabela 4 – Nordeste, Composição Setorial do PIB**

ANO	Nordeste		
	Primário	Secundário	Terciário
1970	22,4%	18,3%	59,3%
1980	16,7%	32,2%	51,2%
1990	12,0%	33,4%	54,6%
2000	9,4%	35,6%	55,0%
2006	7,9%	25,3%	66,8%

Fonte: IBGE.

Com relação ao período mais recente, que abrange os primeiros anos do século XXI, o artigo de Carvalho (2008), apresentado no congresso da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec) de 2008, com base em documentos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do IBGE, de bancos estatais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e Banco do Nordeste, e de artigos acadêmicos e de revistas de circulação nacional, faz um resumo interessante do que estaria acontecendo na Região Nordeste. Segundo Carvalho (2008), o crescimento da região estar-se-ia dando a taxas superiores às nacionais e acompanhado da elevação da renda nos segmentos mais pobres com a aceleração do consumo em geral. Carvalho (2008 apud BACELAR, 2007), Carvalho (2008) mostra que, pela primeira vez, o crescimento da região seria o resultado da ação do setor privado ao contrário da presença marcante do Estado como nos períodos anteriores. Nos anos mais recentes (2004 e 2005), estariam ocorrendo taxas de crescimento significativas para todos os estados da região.

Segundo ainda Carvalho (2008), esses resultados estariam ligados aos acontecimentos da década anterior quando alguns estados iniciaram uma estratégia de atração de indústrias, através de concessões fiscais, fenômeno que ficou conhecido como “guerra fiscal”. Essas indústrias buscavam a saída de espaços aglomerados no Sul e Sudeste na direção de estados com custos de mão-de-obra mais baixos.

Nos anos mais recentes, a economia nordestina estar-se-ia consolidando através do surgimento e fortalecimento de áreas que comandam a dinâmica regional em função de suas estruturas de produção modernas: o complexo de Camaçari; as áreas de agricultura irrigada de Petrolina-Juazeiro e do Vale do Açu; o complexo mineral do Maranhão; a moderna agricultura da soja em torno de Balsas, que se estende do sudeste da Bahia ao sul do Maranhão e do Piauí; o setor têxtil no Ceará e as confecções do agreste pernambucano; as indústrias calçadistas espalhadas por toda a região; o turismo e os pólos tecnológicos de Campina Grande, Ilhéus e Recife. (CARVALHO, 2008).

Dadas essas características para o crescimento global da economia nordestina, pode-se verificar

o que internamente estaria acontecendo com relação à participação dos diversos estados nesse processo. Com isso, a tese do “espraiamento” do crescimento em contraposição a uma espécie de “desconcentração concentrada” poderia ser verificada mais acertadamente.

Os dados das taxas de crescimento do PIB agregado e suas respectivas participações por estado podem ser visualizados nas Tabelas 5 e 6.

Com relação aos três estados mais importantes da região, percebe-se que a participação da Bahia cresce até 1985 quando passa a apresentar uma trajetória de queda que dura até o final do período. Nesse sentido, a idéia de “espraiamento” que prevaleceu até o início dos anos 80 começa a perder força através do ganho de outros estados na geração do produto regional. É o que acontece, por exemplo, com o Ceará, que, em contraposição, apresenta uma firme tendência de alta até o final do período, mostrando que a “desconcentração concentrada” pode estar ocorrente no interior da região.

O terceiro estado importante da região é o Estado de Pernambuco, que apresenta uma queda significativa da sua participação, principalmente no início dos anos 70. Passa, com isso, de cerca de 25% para pouco mais de 17% no final do período analisado. Como esse último estado passou por um processo de crescimento nos períodos anteriores, a sua participação ainda permanece significativa no total nordestino.

O destaque fica, portanto, para o Ceará, que seria o único estado dos três mais importantes a ganhar importância relativa no período. Nesses termos, a tendência de ocupação do território regional mostra uma “quebra” na tese do “espraiamento”, à medida que o estado da vez, que seria Pernambuco, estaria cedendo lugar ao Ceará, localizado mais ao norte.

Algumas hipóteses poderiam ser levantadas sobre essa questão. Em primeiro lugar, a cidade de Fortaleza e seus entornos teriam passado nas duas últimas décadas por um fortalecimento da sua infraestrutura de acesso e por uma remodelação interna que lhe estariam dando alguma vantagem relativa em termos de acessibilidade dentro das idéias propostas pela teoria de polarização original. Um processo semelhante

**Tabela 5 – Nordeste, Taxas de Crescimento Geométrico Anual do PIB**

Estados	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2006
Alagoas	9,40%	10,61%	3,27%	0,94%	-1,52%	2,73%	4,16%
Bahia	10,57%	12,92%	5,58%	-1,67%	-0,80%	3,08%	1,66%
Ceará	8,78%	13,32%	5,46%	0,77%	2,43%	1,30%	3,98%
Maranhão	8,53%	12,64%	-0,25%	3,45%	-0,92%	3,75%	10,00%
Paraíba	10,61%	8,10%	3,27%	4,68%	0,48%	2,58%	3,70%
Pernambuco	9,46%	8,05%	1,35%	3,68%	0,27%	1,60%	0,76%
Piauí	10,63%	10,40%	2,15%	4,96%	2,04%	2,10%	5,30%
Rio Grande do Norte	13,15%	11,16%	6,27%	-0,60%	1,20%	5,01%	3,76%
Sergipe	9,44%	8,85%	20,58%	-7,52%	-0,44%	1,90%	6,54%
Nordeste	9,96%	11,10%	4,69%	0,41%	0,15%	2,53%	3,22%

Fonte: IBGE.

**Tabela 6 - Nordeste, Participação do PIB Nordestino por Estado**

PIB AGREGADO	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2006
Alagoas	5,8%	5,7%	5,5%	5,2%	5,3%	4,9%	4,9%	5,2%
Bahia	32,5%	33,4%	36,2%	37,8%	34,0%	32,4%	33,3%	30,4%
Ceará	12,3%	11,7%	12,9%	13,3%	13,6%	15,2%	14,3%	15,0%
Maranhão	7,0%	6,6%	7,1%	5,5%	6,4%	6,1%	6,5%	9,5%
Paraíba	6,1%	6,3%	5,5%	5,1%	6,3%	6,4%	6,4%	6,6%
Pernambuco	24,9%	24,3%	21,2%	18,0%	21,1%	21,2%	20,3%	17,6%
Piauí	3,1%	3,2%	3,1%	2,8%	3,5%	3,8%	3,7%	4,2%
Rio Grande do Norte	4,6%	5,3%	5,3%	5,7%	5,4%	5,7%	6,4%	6,6%
Sergipe	3,7%	3,6%	3,3%	6,6%	4,4%	4,2%	4,1%	5,0%
Nordeste	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE.

estaria presente na cidade de Salvador, deixando Recife, pela sua defasagem nesse aspecto, em situação difícil. Por outro lado, sendo a sede da Sudene localizada nessa cidade, alguns processos de má utilização dos financiamentos por ela oferecidos teriam criado um “meio” adverso à implantação de novos projetos após a extinção desse órgão.

Os demais estados ganham participações relativas pouco significativas, com exceção do Maranhão, que passa de uma participação de 7% para 9,5% no final do período. Como esses ganhos aparecem concentrados no final do período, eles, certamente, estarão ligados à ocupação do sul desse estado pela cultura da soja. Aliás, o mesmo fenômeno justifica o crescimento um pouco maior do Piauí nesse mesmo período.

Em termos setoriais, há algumas tendências interessantes que podem ser verificadas para

os estados do Nordeste quando analisados isoladamente (ver Tabela 7). De uma forma geral, os setores secundário e terciário aumentam sua participação nas economias estaduais nordestinas, com uma clara tendência à elevação do setor terciário, às vezes em detrimento do secundário e, claramente, com reação ao setor agrícola. Esse fenômeno é mais claro no caso dos estados menos desenvolvidos, vale dizer, com cidades menores onde a presença de serviços de hierarquia superior tende a ser menor, onde se pode admitir um processo de adensamento urbano com o desenvolvimento mais intenso do setor de serviços. Essa tendência, por sinal, está presente para outras regiões brasileiras e de uma forma mais intensa no Nordeste, onde, a partir de 2000, todos os estados trocam parte de seus setores industriais por serviços.

**Tabela 7 – Nordeste, Composição Setorial dos PIBs por Estado**

<b>Alagoas</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>
Primário	29%	24%	23%	10%	8%
Secundário	17%	23%	24%	29%	26%
Terciário	55%	54%	53%	61%	66%
<b>Bahia</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>
Primário	23%	16%	10%	11%	8%
Secundário	20%	38%	38%	41%	31%
Terciário	57%	46%	52%	48%	61%
<b>Ceará</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>
Primário	19%	15%	12%	6%	7%
Secundário	17%	29%	34%	38%	24%
Terciário	64%	55%	54%	56%	69%
<b>Maranhão</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>
Primário	43%	32%	20%	17%	17%
Secundário	8%	22%	19%	24%	20%
Terciário	48%	47%	61%	60%	64%
<b>Paraíba</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>
Primário	27%	18%	15%	13%	7%
Secundário	15%	27%	26%	30%	22%
Terciário	58%	56%	59%	57%	71%
<b>Pernambuco</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>
Primário	14%	11%	10%	8%	5%
Secundário	22%	33%	34%	31%	22%
Terciário	64%	56%	57%	60%	73%
<b>Piauí</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>
Primário	32%	23%	12%	10%	10%
Secundário	7%	21%	22%	26%	17%
Terciário	61%	56%	66%	64%	74%
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>
Primário	19%	13%	8%	3%	6%
Secundário	17%	35%	36%	42%	25%
Terciário	65%	52%	56%	56%	68%
<b>Sergipe</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>
Primário	21%	17%	11%	8%	5%
Secundário	26%	29%	44%	37%	31%
Terciário	53%	54%	45%	55%	64%

Fonte: IBGE.

## 4 – CONCLUSÕES

O presente artigo responde a uma demanda de análise da economia do Nordeste do Brasil entre 1970/2008, período que abarca os anos em que a REN vem sendo publicada com análises consistentes da realidade regional. O fato de que sua elaboração esteja sendo feita ao final de uma década, e nas

vésperas de um novo censo, deixa a questão de algumas comprovações em aberto, não significando, no entanto, que não se tenha obtido um resultado aceitável na análise. Deve-se ressaltar, no entanto, que essa limitação levou a uma elaboração baseada em trabalhos disponíveis, alguns bem recentes, tendo o caráter da análise, principalmente na sua primeira parte, um enfoque qualitativo.

No que se refere à questão do “espraiamento” da produção *versus* uma “desconcentração concentrada”, no caso do Nordeste, o que aparece é a prevalência do primeiro aspecto no que se refere à economia da Bahia já nos primeiros anos do período considerado. Em anos mais recentes, há uma tendência à concentração do crescimento no Estado do Ceará, o que deixaria Pernambuco em uma situação de atraso relativo. Neste caso, estaria prevalecendo mais claramente a tese da “concentração concentrada”. De qualquer forma, em termos espaciais, as características de aglomeração no litoral e o fortalecimento de algumas cidades importantes, como Recife, Fortaleza e Salvador, que são o resultado de um processo histórico mais longo, estar-se-iam intensificando no período em análise.

Como uma proposição conclusiva mais ampla, seria possível esquematizar a ocupação territorial da região nos moldes em que foi feito, anteriormente, para o país. Nos dias de hoje, no Nordeste como um todo, continuam prevalecendo três grandes centros regionais: Salvador, Recife e Fortaleza. No entanto, em termos de resultados mais recentes, Fortaleza e seu entorno aparecem como centro de maior dinamismo. A importância de Salvador está relacionada ao seu passado o que a faz manter uma participação relativa ainda significativa. O caso de Recife e, por extensão, Pernambuco, merece alguma investigação adicional para serem identificadas as causas da sua baixa dinâmica de crescimento.

Adicionalmente a esses grandes centros dinâmicos e levando em consideração a disparidade de *performances*, segue-se toda a orla litorânea de ocupação antiga e onde prevalece um grau razoável de acessibilidade. Aí estão localizadas as capitais dos demais estados nordestinos e algumas cidades importantes. Toda essa área vem sendo ocupada por atividades produtivas e recebendo ainda os efeitos benéficos do setor turismo.

Uma segunda periferia igualmente dinâmica e, não raro, ligada diretamente ao centro hegemônico nacional é constituída por uma série de espaços esparsos no território nordestino e que se constituem nos já citados: o complexo produtivo de Camaçari; a agricultura irrigada de Petrolina-Juazeiro e do Vale do Açu; o complexo mineral do Maranhão; a moderna agricultura

do sudeste da Bahia e sul do Maranhão e do Piauí; o setor têxtil no Ceará e as confecções do agreste pernambucano; as indústrias calçadistas espalhadas por toda a região; e, finalmente, os polos tecnológicos de Campina Grande, Ilhéus e Recife. Finalmente, toda a porção de territórios que compõem o chamado sertão nordestino permanece em um estado de pouco desenvolvimento, onde estão localizados bolsões significativos de pobreza.

## ABSTRACT:

---

This article aims to study the Brazilian case from a point of view of spatial dynamics of economic development, using the data from the Brazilian Census for the last forty years. The main aim of the article to understand is the role of the Northeastern region in the country's whole economic development process. Also the internal economic dynamics of the NE are studied, looking for concentration or deconcentration of economic activity.

## KEY-WORDS:

---

Regional Economics. Spatiality. Development Spatial Dynamics.

## REFERÊNCIAS

---

ABLAS, L. A. Q. **Intercâmbio desigual e subdesenvolvimento regional no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1983.

ABLAS, L. A. Q.; FAVA, V. **Dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: USP, 1985. V. 2.

ABLAS, L. A. Q.; MULLER, A. E. G.; SMITH, R. **Dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: USP, 1985. V. 1.

AZZONI, C. R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: USP, 1986.

BACELAR, T. Aonde o Brasil cresce mais. **Exame**, n. 891, 30 abr. 2007.

BOUDEVILLE, J. R. **Aménagement du territoire et polarisation**. Paris: Editions M. T. H. Genin, 1972.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970 e 1970-1995.** Campinas: UNICAMP, 1998.

CARVALHO, C. P. O. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento: 2000-2008. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2008.

CUNHA, A. A. **Desenvolvimento e espaço:** da hierarquia da desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo à formação da Macrometrópole Paulista. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua despolarização. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 12, 1993.

GUIMARÃES NETO, L. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. **Revista Estudos e Pesquisas**, Salvador, n. 67, p. 109-151, 2004.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação.** Campinas: UNICAMP, 1998.

PERROUX, F. **L'économie du xxème siècle.** Paris: PUF, 1960.

SIMÕES, A. Descentralização federativa e “desenvolvimento” fragmentado: uma análise dos incentivos a atração de atividades econômicas nos municípios das regiões Sul e Nordeste. In: ENCONTRO DE ECONOMISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 5., 2003, Recife. **Anais...** Recife, 2003.

---

Recebido para publicação em: 20.10.2009